



## Educación, cultura y ciudad: São Paulo, una metrópoli de ebullición (1950)

Educación, culture y ciudad : Sao Paulo, una metropolis of boiling (1950 )

Educação, cultura e cidade: São Paulo, uma urbe em ebulição (década de 1950)

Mauro Castilho Gonçalves

Mauro Castilho Gonçalves\*

\* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Universidade de Taubaté, São Paulo. Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Brasileiro. Correo electrónico: mauro\_castilho@uol.com.br

Fecha de recepción: 20 de febrero de 2015 / Fecha de aceptación: 30 de octubre de 2015

### Resumen

El presente artículo de investigación analiza las condiciones históricas y sociales que llevaron a cambios en São Paulo, sobre todo en la década de 1950, destacando los detalles de los campos de la cultura y la educación. Para resaltar, entre otros elementos, la educación escolar y sus manifestaciones intrínsecas, incluidas las cuestiones y problemas que guiaron los debates y la institucionalización / masificación de la red de educación en sus diferentes segmentos, los individuos involucrados, sus ideas y acciones. El movimiento histórico, así entendido, analizará las relaciones dialécticas entre la categoría de la ciudad, la cultura y la educación.

**Palabras clave:** *Sao Paulo, ciudad, cultura, escuela.*

### Summary

The article analyzes the historical and social conditions that led to changes in São Paulo especially in the 1950, highlighting the details of the fields of culture and education. To emphasize among other elements, the intrinsic manifestations school education, including the issues and problems that guided the discussions and the institutionalization massification of education network, in its different segments, the individuals involved, their ideas and actions. The historical movement thus understood will be analyzed from the dialectical relationship between the city categories, culture and education.

**Key words:** *Sao Paulo, city, culture, school.*

### Resumo

O artigo analisa as condições históricas e sociais que provocaram alterações na cidade de São Paulo, notadamente na década de 1950, com destaque aos elementos relativos aos campos da cultura e da educação. Ressaltam-se, dentre outros elementos, as manifestações intrínsecas à educação escolar, incluindo as questões e problemas que nortearam os debates e a institucionalização/ massificação da rede de ensino, em seus diferentes segmentos, os sujeitos envolvidos, suas ideias e ações. O movimento histórico assim entendido será analisado a partir das relações dialécticas entre as categorias cidade, cultura e educação.

**Palavras chave:** *São Paulo, cidade, cultura, escola.*

Objetiva-se com o presente texto o debate das condições históricas e sociais que provocaram alterações na cidade de São Paulo, notadamente na década de 1950, com destaque aos elementos relativos aos campos da cultura e da educação, aqui tratados como categorias analíticas. Da primeira, depreende-se o conjunto de manifestações artísticas, literárias e científicas, levadas a cabo por redes de intelectuais inseridos na trama urbana em dinâmica transformação. Compreende a segunda categoria, os elementos intrínsecos à educação escolar, incluindo questões e problemas que nortearam os debates e a institucionalização/massificação da rede de ensino, com destaque ao ensino primário, os sujeitos e grupos envolvidos, suas ideias e ações.

O processo histórico assim entendido será analisado a partir das relações dialéticas entre as categorias cidade, cultura e educação. Fundamenta-se o presente estudo em pesquisas que abordaram as relações entre história e cidade e seu tratamento analítico sugere um conjunto de procedimentos que apresenta a categoria cidade a partir de uma tríade dialética, ou seja, como questão, memória e documento (MATOS, 2000). A cidade, neste caso, passa a ser analisada como um problema de pesquisa histórica, que produz memória, consubstanciada nas subjetividades e materialidades. Documento, pois carrega em si um conjunto variado de fontes, desde as escritas às orais.

São Paulo, na década de 1950, transformou-se, em definitivo, numa metrópole pela inclusão/exclusão de grupos sociais advindos das diferentes regiões do país, sem descartar os elementos intrínsecos à tradição do velho bandeirismo paulista e do legado jesuítico-católico. A cidade perifirizou-se, ao mesmo tempo em que plasmou uma elite letrada, influente, diversificada, produtora e detentora dos bens culturais. No emaranhado sociológico de classes em permanente tensão, a educação escolar pública inicia seu processo irreversível de massificação, nos âmbitos estadual e municipal. A proposta aqui delineada apresenta alguns dos resultados analíticos desta simbiose histórico-sociológica que se transformou a capital paulista em meados do século XX.

Maria Arminda do Nascimento Arruda, docente e pesquisadora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, defendeu, em 2000, sua tese de Livre-Docência que versou sobre a “cultura da cidade de São Paulo no meio do século XX”, publicada em livro no ano seguinte (ARRUDA, 2001). Logo na Introdução do trabalho, a autora empresta de Ítalo Calvino uma epígrafe que nos motiva a pensar com critérios analíticos mais consistentes o papel histórico e simbólico que as

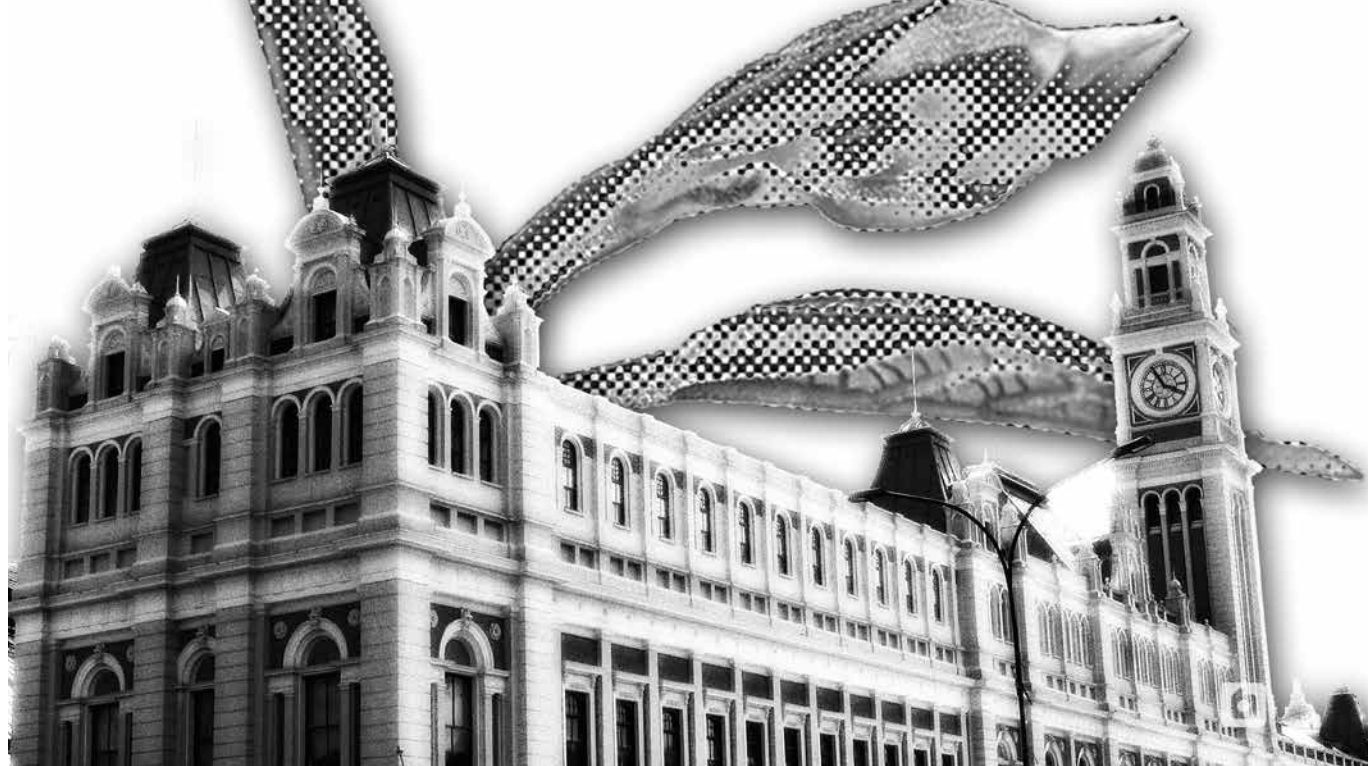
cidades contemporâneas e seus agentes exerceram na institucionalização do que poderíamos chamar de “modernidade capitalista”. Para Calvino (1997), “de uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas”. (Ítalo Calvino, *As Cidades Invisíveis*, p.20). Pode estar aqui, nas palavras sábias do filósofo, a chave interpretativa para compreendermos a lógica que norteia a constituição das cidades como agentes históricos.

O ponto de partida não são os monumentos, as paisagens, as ruas e alamedas. São as perguntas que fazemos ao conjunto material e simbólico legado pelas gerações pretéritas. São os questionamentos que elaboramos à dinâmica histórica e sociológica oriunda das tensões inerentes às relações humanas e de classes. É a perplexidade que nos assalta no momento do olhar crítico e analítico que plasmamos na alma da cidade. São as surpresas causadas pela nossa insistência em refletir o cotidiano das ruas. São as idiossincrasias da realidade que nos provoca à reflexão. São as perguntas que emanam das vicissitudes da concretude, do objetivamente dado.

Carlos Nelson Coutinho, que nos deixou um legado analítico fundamental sobre Gramsci, em seu livro *De Rousseau à Gramsci: ensaios de teoria política* (COUTINHO, 2011), analisou a centralidade do conceito de “relações de força” no arcabouço teórico do filósofo italiano. Num dos itens dos *Cadernos do Cárcere* intitulado “Análise das situações. Relações de força”, Gramsci, segundo Coutinho, esboça um dos conceitos mais significativos de sua obra. Por meio desta categoria, o pensador italiano elabora “a ontologia do ser social”, e se remetendo a Lenin, Gramsci adere à máxima da “análise concreta de situações concretas”, mote para alçar os elementos intrínsecos e extrínsecos da ação política.

Partindo deste pressuposto teórico-analítico, pretende-se aqui um esboço sintético sobre o fenômeno paulistano, a partir de três categorias que, postas em relevo de forma articulada, podem auxiliar sobremaneira o entendimento da dinâmica de transformações que a cidade protagonizou durante a década de 1950. Refiro-me às categorias cultura, cidade e educação.

Parte-se das seguintes perguntas: quais forças mobilizaram-se, no período histórico demarcado, para que a cidade ganhasse um novo e atualizado status de metrópole? Que elementos culturais foram suficientemente incorporados para que São Paulo se transformasse num epicentro da produção e de divulgação da nova brasilidade? Qual papel exercido pelos intelectuais, artistas e outros agentes na “organização da cultura”? Que impacto



sofreu o campo da educação escolar urbana diante do tenso processo de expansão e periferização do espaço social? Estas e outras questões direcionam nossa atenção para a análise de uma cidade que, durante a década de 1950, viu-se compelida a responder as demandas da realidade que profunda e sistematicamente se transformou.

Segundo o “Histórico Demográfico do Município de São Paulo”<sup>1</sup>, elaborado pela prefeitura desta capital, e pautado nas indicações estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “nos anos 50 São Paulo viu sua população passar de poucos mais de 2 milhões de habitantes para mais de 3,5 milhões (...) As correntes migratórias respondiam por grande parte do crescimento demográfico e eram geradas especialmente na região Nordeste (...) na segunda metade da década a indústria automobilística tornou-se o motor do desenvolvimento econômico, com as novas fábricas instaladas em municípios vizinhos ao da capital, na região que ficou conhecida como ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul).”

O antigo município, tradicionalmente marcado pela cultura oriunda da economia e sociedade cafeeiras, adquiriu, no percurso da década, o status de metrópole industrial, fato que acompanhou as mudanças no perfil sociológico e cultural do Brasil, particularmente do estado de São Paulo.

Houve, neste estado, um crescimento na ordem de 217% no período de 1934 a 1964. É o que nos revela Salles (1998) em sua

pesquisa sobre as relações entre industrialização e educação na década de 1950<sup>2</sup>. Segundo esse autor o estado de São Paulo, no início dos anos de 1940, dispunha de 40,8% da população nas cidades, índice discrepante em relação ao restante do país, onde a população urbana representava 31,2%. A década de 1950 possibilitou a São Paulo a consolidação de sua hegemonia. Vejamos os números relativos a 1960: São Paulo - população urbanizada: 62,6%; população rural: 37,3%; Brasil – população urbanizada: 45,5% contra 54,5% da população rural. No quesito industrialização, ainda segundo Salles, São Paulo sempre monopolizou a liderança nacional. Na primeira década do século XX reunia 16,5% da produção industrial. Em 1920, 31,3%. Em 1938, 43,2% e, em 1958, 55% (SALLES, 1998, p. 14-16).

Diante da emergência de um novo “rosto urbano” que se configura, parece-nos relevante e adequado abordar a cidade como categoria analítica, a partir dos estudos desenvolvidos por Rolnik (1997), Lefebvre (1999), Fenelon (1999) e Matos (2002), que questionam a clássica interpretação historiográfica que considerou a cidade como “palco da história”, omitindo evidências e escamoteando os sujeitos.

Matos (2002), mais especificamente, propõe a cidade como questão desafiadora para o historiador. Para ela, esta categoria deve ser apresentada e analisada como *questão, memória e documento*.

Como **questão**, pois

A maior parte dos estudos sobre o cotidiano urbano

1. Disponível em: [http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico\\_demografico/1950.php](http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1950.php). Acesso em: 08 dez. 2014.

2. Salles analisou, comparativamente, os censos demográficos das décadas 1940, 1950 e 1960.

reproduz sem muita crítica o discurso característico das fontes oficiais – logo, públicas – e mostra-se indicativa mais de um “dever ser” do que um “ser”, ao apresentar modelos e planos, procurando corrigir e estigmatizar as experiências urbanas (...) Pensar a noção de urbano e os adjetivos sobre a cidade como categorias instáveis permite recuperar a historicidade da cidade tornando-a questão e objeto de análise (MATOS, 2002, p. 8).

Como **memória**, pois

Na realidade, a cidade é múltipla (...) delineiam cenários em constante movimento (...) Em sua transformação, a cidade tanto pode ser registro como agente histórico. Nesse sentido, destaca-se a noção de territorialidade, identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, no qual a rua, a praça, a praia, o bairro e os percursos estão plenos de lembrança, experiências e memórias (MATOS, 2002, p. 9).

Como **documento**, pois

A paisagem urbana vai-se impondo como um documento a ser lido, como um texto a ser decifrado. Cabe ao investigador entender esse emaranhado de tempos-espacos e memórias, recuperar as camadas e as relações entre elas, decifrar seus *enigmas*, numa arqueologia social (...) Novos corpos documentais são valorizados e através dos olhos dos contemporâneos ajudam a desvendar as cidades que não existem mais (MATOS, 2002, p. 10).

Choay (1999), no estudo intitulado *O reino do urbano e a morte da cidade*, nos convida a refletir sobre as diferenciações semânticas, simbólicas e reais entre o urbano e a cidade. Urbanização seria sinônimo de produção de cidade? Com essa questão inicial Choay delineia sua defesa em torno da tese segundo a qual o fenômeno urbano decretou a morte da cidade. Para os antigos romanos *urbs* (território físico da cidade) e *civitas* (comunidade de cidadãos que a habitam) eram realidades indissociáveis. Segundo Choay:

A dinâmica de redes técnicas tende a ser substituída assim como a estética dos locais construídos para condicionar mentalidades e comportamentos urbanos (...) Este sistema operatório, válido e possível de ser desenvolvido em quaisquer lugares, tanto na cidade quanto no campo, nos vilarejos ou nas periferias, pode ser chamado O URBANO. O advento do urbano desfaz a antiga solidariedade entre *urbs* e *civitas* (CHOAY, 1999, p. 84). [grifo do autor]  
 Desfazendo a antiga solidariedade, o urbano consolida sua

hegemonia definindo espaços territoriais e comportamentos humanos. Resgatar a história da cidade, problematizando a questão do urbano, transforma-se numa tarefa do ofício de historiador. Segundo Rezende (1999):

A história de uma cidade não se esgota, porém ao se aproximar de sua memória, aquele que a vive pode iludir-se com a possibilidade de retê-la na sua totalidade. Por isso, o trabalho do historiador tem uma dimensão decifrador, na medida em que consegue criar diálogos entre os tempos históricos (REZENDE, 1999, p. 163).

A decifração das relações antagonicas e convergentes presentes na civitas nos faz pensar na tensão entre a tradição e a modernidade. Ambas convergem e divergem numa fértil dialética, obrigando o historiador a debruçar-se na elucidação dos enigmas e pontos obscuros. Sem a problematização, o passado, segundo Rezende (1999)

torna-se um imenso espelho que nos impede de fazer uma sinfonia dos tempos, portanto cancelando os sonhos, aumentando, cada vez mais, o território do medo (...) Basta se desfazer do olhar fixo, para sentir que, nas cidades, os espelhos são quebrados, sem grandes obstáculos, e as ruínas possuem significados, mas a complexidade dos labirintos do presente é que paralisa os sujeitos históricos. Querer reduzi-los à mesmice da sociedade de massas ou lançá-los para o futuro sem que conheçam suas tradições, é fazer com que a cidade deixe de ser um cenário e passe a ser uma prisão ou tristemente a cidade dos homens sem tempo (REZENDE, 1999, p. 164).

A territorialização do espaço urbano, à luz da lógica do capital, foi discutida por Marx e Engels em *A ideologia alemã*, no capítulo intitulado *As grandes cidades*, citado por Lefebvre (1999). Tal perspectiva, nos possibilita compreender uma outra dimensão do problema: as mazelas do urbano não podem ser naturalizadas. Ao contrário, faz-se necessário históriá-las, objetivando detectar sua lógica material.

Na parte de seu livro intitulada “As grandes cidades”, Engels descobre a realidade urbana em todo o seu horror. No entanto, jamais essa realidade se identifica para ele como uma simples desordem, ainda menos com o mal, como uma doença da “sociedade”, como em muitos textos literários e científicos até a nossa época. Londres, Manchester, outras aglomerações inglesas, Engels as toma como os efeitos de causas e razões a conhecer, portanto, a controlar (primeiro pelo conhecimento, em seguida pela

ação revolucionária). (...) Sem tomar qualquer posição depreciativa, Engels coloca em plena luz os fortes contrastes da realidade urbana, a riqueza e a pobreza justapostas, o esplendor e o horror (a indignidade e a pobreza recebendo dessa vizinhança um colorido intenso e patético) (LEFEBVRE, 1999, p.13-14)

Podese apreender das concepções acima arroladas, que o fenômeno urbano, provocado particularmente pela industrialização acentuada, e que atingiu uma soma considerável de municípios brasileiros durante a década de 1950, provocou uma reconfiguração dos espaços e uma alteração substancial nas relações humanas.

Na linha dos estudos sobre o êxodo rural, com destaque às pesquisas de Antonio Cândido, particularmente sua obra *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*, enfatiza-se que o fenômeno da urbanização, aliado ao intenso processo de consolidação da indústria como *modus vivendi*, provocou uma alteração profunda no ciclo existencial de grupos sociais variados. Em outras palavras, a indústria, em sua aceção alargada, transformou-se em *ethos* definidor de paradigmas de pensamento e conduta.

Para Arruda (2001), havia, no contexto das comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo (1554-1954), um sentimento difuso de “adesão ao novo estilo urbano que se impunha” (ARRUDA, 2001, p. 30). Citando um texto elaborado por Florestan Fernandes para o *Congresso Internacional de Americanistas*, realizado em 1954, no contexto daquelas comemorações, a autora em epígrafe destaca que Fernandes chamou a atenção sobre o sentimento paulistano à época: o passado tem pouca importância. A pauta era, para muitos, o presente, além do futuro como perspectiva. São Paulo transformou-se no eixo industrial hegemônico do Brasil. Segundo Arruda (2001, p. 55), “se em 1950 a indústria brasileira era formada por um grande número de empresas nacionais e privadas (...), em 1960, a metade do capital industrial em São Paulo, por exemplo, achava-se sob o domínio de estrangeiros”.

A partir destes dados podemos inferir que estava consolidada a internacionalização do capital na cidade de São Paulo, fenômeno que não pode ser analisado isoladamente, nem mesmo sobreposto a outros fatores de ordem material. Ainda segundo Arruda (2001), deve ser considerado um conjunto heterogêneo de transformações que ocorreram em diferentes setores da mal-

ha urbana, desde o comércio, o setor bancário, os serviços pessoais, hotéis, restaurantes, bares, clubes, saunas, salões de beleza e a rede ensino, que nos interessa sobremaneira no âmbito deste evento acadêmico que debate “Os Municípios na Modernização Educacional e Cultural”.

Maria Arminda Arruda (2001) faz referência ao estudo de Joseph Love, autor de *A locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)*, que periodizou o processo de *metropolitização* da cidade em três fases distintas: a pré-metropolitana (1875-1915); *metropolitana inicial* (1915-1940) e, por fim, a fase que Love denominou *metropolitização*, processo cuja gênese deu-se a partir de 1940.

A ênfase da nossa intervenção recai sobre esta terceira fase decisiva de alteração radical das condições materiais e mentais do coletivo paulistano. Novas energias foram mobilizadas, incluindo nelas incursões analíticas e técnicas de intelectuais engajados na interpretação do passado e do presente grávido de perspectivas. Refiro-me, particularmente, aos historiadores e cientistas sociais que, em diferentes instâncias e redes de convivência científica, elaboraram detalhados surveys para “ler” a realidade que, velozmente, transformava-se.

Em estudo que realizamos sobre o periódico *Pesquisa e Planejamento*<sup>3</sup>, criado pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE-SP), em meados da década de 1950, procuramos compreender o padrão teórico e metodológico empreendido por esta revista científica que reuniu em seu escopo uma plêiade de intelectuais ligados às Ciências Humanas e Sociais. Os relatórios científicos divulgados pela revista versaram, quase sempre, em abordar os problemas da educação brasileira da perspectiva metodológica das Ciências Sociais, pautado nas técnicas de pesquisa testadas nos ambientes acadêmicos americanos e europeus. Os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, criados em algumas capitais brasileiras durante a década de 1950, estavam, cada um ao seu modo, ligados a um macro projeto, liderado por Anísio Teixeira que, no mesmo contexto, foi protagonista na criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e o seu primeiro diretor.

O exemplo acima nos fornece uma indicação do interesse analítico demonstrado, nesta conjuntura, pelos cientistas sociais em relação aos problemas da escola pública, especialmente tratados no forte contexto de industrialização e urbanização dos grandes centros populacionais. Novos

1 Cf. Gonçalves (1997).



quadros de pesquisadores, ligados à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, sob a batuta experiente de Florestan Fernandes, inauguraram um novo modelo de pesquisa sociológica, com intervenções demarcadas em problemas e questões pontuais, dentre os quais se destacaram aqueles envolvidos com a educação escolar das massas.

Luiz Pereira foi um deles. Redigiu relatórios sociológicos sobre a escola, com destaque a três deles: *A escola numa área metropolitana* (1960), *O magistério primário numa sociedade de classes* (1963) e *O professor primário metropolitano* (1963)<sup>4</sup>. Por meio destes estudos, Pereira articulou os elementos que incentivavam as pesquisas no campo das Ciências Sociais, a saber: urbanização, industrialização e educação escolar.

Outras pesquisas desta natureza foram incentivadas nos âmbitos do CBPE e dos CRPEs. As temáticas versaram sobre variadas questões relacionadas à escolarização das massas. Dentre os temas, destacaram-se o magistério primário, o alunado das periferias, a sindicalização dos profissionais da educação, a mulher e a profissão docente, a educação profissional e técnica, a expansão da rede de ensino, a descentralização e a municipalização do aparato burocrático, administrativo e pedagógico da escola básica.

As pesquisas de Marília Pontes Sposito são particularmente bem-vindas quando a temática aborda a questão das relações entre o fenômeno sociológico e histórico da urbanização pau-

listana e seu impacto na expansão e institucionalização da escola pública, com destaque às lutas travadas pelos movimentos reivindicatórios gerados no âmbito da organização política-popular. Um exemplo foi a tese *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*, pesquisa publicada no início da década de 1980, no bojo das movimentações em torno do final da ditadura militar. A autora, segunda França (1985), analisa a expansão da rede primária de ensino no município de São Paulo, notadamente os Grupos Escolares, historicamente considerados os bastiões do regime republicano brasileiro e que acabaram por demonstrar ineficiência na resolução do binômio oferta/procura.

Medidas emergenciais, obviamente sem qualidade, foram adotadas para amenizar a problemática situação que passou a enfrentar o sistema público de ensino primário na cidade de São Paulo. Além da expansão desordenada e sem planejamento, as escolas primárias paulistas adotaram uma tripla jornada de ensino, o que acarretou a ampliação da jornada de trabalho docente, dentre outras consequências. Aliado a este fenômeno, verificou-se, no mesmo contexto, a criação do sistema municipal de ensino em São Paulo. Estudo pioneiro que versou sobre alguns aspectos históricos e pedagógicos da implantação da rede municipal, foi o organizado por Godoy (2013), que investigou o modelo escolar paulistano na revista *Escola Municipal*, periódico criado, em meados dos anos de 1950, por iniciativa da prefeitura da capital, para divulgar e debater questões do ensino.

Outros estudos estão em desenvolvimento no âmbito do projeto de pesquisa “História das instituições e dos Intelectuais da Educação Brasileira”, do Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade da PUC/SP. Nestes projetos de investigação pretende-se abordar a rede de intelectuais e técnicos que mobilizou ações em torno da institucionalização e consolidação do sistema. A própria revista supracitada merece, ainda, intervenções analíticas, objetivando compreendê-la como uma “estrutura de sociabilidade”, como *locus* de debate e disputa de projetos díspares que marcaram a gênese do sistema de ensino municipal paulistano.

Outra perspectiva não menos importante, diz respeito às implicações em torno da organização e realização das comemorações do IV Centenário da cidade no ano de 1954 e o debate que direcionou a cultura e educação como ferramentas de consolidação do ideal civilizatório implícito no ethos industrial.

4. Para o aprofundamento do legado intelectual de Luiz Pereira, conferir, dentre outros estudos, BAHIA (2011).



Richard Morse, em sua obra de referência intitulada *Formação histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole*, analisou os paradoxos implícitos à estrutura municipalista que persistiu após a proclamação da república brasileira em fins do século XIX. Para ele o tradicional municipalismo coronelista provocava um “sentimento alheio às inquietações metropolitanas”, que desde a década de 1920, fomentava os círculos intelectuais e artísticos da cidade, legado do “espírito urbano por excelência”, personificado em Mario de Andrade e sua *Pauliceia Desvairada*.

Morse, nos capítulos referentes às primeiras décadas do século XX, fase da metropolitização da cidade, afirma que se sobrepõe o sentimento citadino tendo como referência alguns movimentos que marcaram este período: a Semana de Arte Moderna de 1922, as revoluções de 1924 e 1932, a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, dentre outros acontecimentos de igual vulto. O simbolismo e os aspectos ideológicos implícitos nestes acontecimentos foram mobilizados pela imprensa falada e escrita. Da perspectiva de Morse, uma “polis

multiforme” estava em formação, processo consolidado na década de 1950.

A popularização do rádio, por exemplo, foi o mote para que o cidadão comum assimilasse a energia do novo e do moderno sentimento paulistano, que guardava raízes no jesuitismo e no bandeirismo desbravador, mas, ao mesmo tempo, reivindicava o paradigma da modernidade, consubstanciado no *modus vivendi* industrial. Esta “polis multiforme”, mas ao mesmo tempo “multifacetada” pelas condições objetivas das conjunturas e pelas tensões inerentes às sociedades de classe, devem ser, a nosso ver, elementos nodais para compreensão mais apurada do processo de gênese e consolidação da dinâmica e desigual expansão e distribuição das oportunidades educacionais no município de São Paulo durante a década de 1950 para tentarmos responder se a cidade contribuiu, efetivamente, para a “modernização educacional e cultural” dos variados grupos sociais que, na cena urbana, interagiram e provocaram as transformações históricas que definiram a identidade daqueles tempos.



## Bibliografia

- Andrade, M. (1986) *De Pauliceia desvaireada a café (Poesias Completas)*. São Paulo: Círculo do Livro.
- Arruda, M. A. do N. (2001) *Metrópole e cultura em São Paulo no século XX*. Bauru/SP: Editora da Universidade de São Paulo: EDUSP, p. 55.
- Bahia, B. C. de M. (2011) *Luiz Pereira: profissionalização docente e educação*. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.
- Calvino, I. (1997) *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 20.
- Cândiod, A. (2003) *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 10ª ed. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34.
- Choay, F. (1999) O reino do urbano e a morte da cidade. Trad. Eveline B. Kavakama. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nº 18, pp. 67-89.
- Coutinho, C. N. (2011) *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- França, M. F. O. (1985) Resenha. In: *Em aberto*, Brasília, ano 4, n. 26, pp. 28-33.
- Fenelon, D. R. (org.) (1999). *Cidades*. SP: Olhodágua.
- Godoy, A. P. (2013). O modelo escolar paulistano na revista Escola Municipal (1968-1985). *História da Educação* (UFPEl), v. 17, pp. 101-128.
- Gonçalves, M. C. (1997). *Educação e Ciências Sociais: uma incursão no periódico Pesquisa e Planejamento (Décadas de 50 e 60)*. Dissertação (Mestrado em Educação: História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Lefebvre, H. (1999). *A cidade do capital*. RJ: DP&A, pp.13-14.
- Mattos, M. I. S. de. (2002) *Cotidiano e cultura. História, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, pp. 8-10.
- Morse, R. M. (1970). *Formação histórica de São Paulo*. De comunidade à metrópole. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- Rezende, A. P. (1999) O Recife: os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as tentações da memória e as inscrições do desejo. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, nº 18, pp. 155-166.
- Rolnik, R. (1999). *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2ª ed. SP: Studio Nobel: Fapesp.
- Sposito, M. P. (1982) *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola.
- Salles, F. C. (1998). *Educação e industrialização no Estado de São Paulo: década de 50*. Tese (Doutorado em Educação: História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

